

Na Operação Casa de Papel, Gaeco e Gepatria cumprem sete mandados de busca em três cidades em investigação de fraude a licitação

Criminal

Postado em: 23/07/2020

MPPR apura crimes de fraude ao caráter competitivo de licitação, falsificação ideológica e associação criminosa envolvendo um grupo de quatro empresários (donos de três empresas) e servidores públicos.

Nesta quinta-feira, 23 de julho, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e o Grupo Especializado na Proteção ao Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa (Gepatria), do Ministério Público do Paraná, deflagaram a Operação Casa de Papel, com o cumprimento de sete mandados de busca e apreensão, sendo três em endereços de empresas em Curitiba e quatro em residências na capital, em Apucarana (Norte-Central do estado) e em São José dos Pinhais (na Região Metropolitana de Curitiba). Além das buscas, foi determinada pelo Juízo da Vara Criminal de Astorga medida restritiva de suspensão de renovação de contratação com o poder público dos empresários investigados e empresas relacionadas a eles. O núcleo de Londrina do Gepatria apura crimes de fraude ao caráter competitivo de licitação, falsificação ideológica e associação criminosa envolvendo um grupo de quatro empresários relacionados entre si e detentores de três empresas, além de servidores públicos que estariam estabelecendo cláusulas restritivas nas licitações (visitas técnicas desnecessárias) para favorecimento das empresas envolvidas. De 2013 até 2019, as empresas participaram de licitações de 14 prefeituras (Arapongas, Cambira, Centenário do Sul, Colorado, Faxinal, Iguaraçu, Marilândia do Sul, Pitangueiras, Prado Ferreira, Rolândia, Sabáudia, Santa Inês, Santo Inácio e São Sebastião da Amoreira), de três Câmaras Municipais (Arapongas, Assaí e Astorga) e do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ivaí e Região. Informações para a imprensa:

Assessoria de Comunicação
comunicacao@mppr.mp.br
(41) 3250-4264